

Reivindicações Educativas das Línguas Nacionais em Angola no Contexto de Predomínio da Língua Portuguesa

Educational Calls for National Languages in Angola in the Context of Portuguese Language Predominance

Francisco Edmundo

Fundación Universitaria Iberoamericana
Universidad Internacional Iberoamericana
kulikolelwa@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5183-6834>

Ana Nobre

Universidade Aberta - LE@D
Ana.Nobre@uab.pt
<https://orcid.org/0000-0002-9902-1850>

Resumo:

A educação é inegavelmente um domínio prioritário de um determinado país. São vários os países que entenderam essa importância e por isso fizeram grandes esforços para melhorar os seus sistemas de educação, obtendo daí grandes resultados, ao contrário daqueles países que adotaram o modelo educacional herdado do colonialismo e continuaram com este sem uma reflexão profunda sobre as necessidades e aspirações dos seus povos.

Angola é um desses países que herdaram os seus sistemas educacionais do colonialismo, e com vista a reverter a situação, deve favorecer o sector da educação com uma visão projetada a partir dos seus fenómenos sociais, culturais e sobretudo linguísticos. Isto implica uma nova decisão política em relação ao atual sistema educacional, que teima em não acolher nem acomodar o ensino e aprendizagem das línguas nacionais, por força das crises estruturais que se desenvolveram durante a sua história colonial.

Este artigo trata da questão das línguas nacionais em Angola e aborda as vozes que reivindicam a sua inserção no sistema educacional, como forma de reverter o atual *status quo* onde o ensino é ministrado única e exclusivamente em língua portuguesa.

O artigo sugere a introdução de uma educação plurilíngue que consista em ensinar e aprender simultaneamente mais de duas línguas, ou seja, a língua de implantação numa dada região do país, a língua com maior número de falantes, que é o umbundu, bem como a língua da capital, Luanda, que é o kimbundu.

Palavras-chave: Angola, Línguas nacionais; língua portuguesa; ensino plurilíngue; políticas linguísticas; comunicação; colonialismo.

Abstract:

Education is undeniably a priority sector for a given country. Many countries have taken this importance into consideration making improvements on their education system obtaining suc-



successful results. However other countries have adopted educational standard inherited from colonialism following them without a deep reflection on the needs and aspirations of their people. Angola is one of those countries that inherited their educational systems from colonialism, and in view to reverse the situation, it must invest in the education sector with a vision projected from its social, cultural and most importantly linguistic context. This implies a new political decision in relation to the current educational system which insists on rejecting accommodating for teaching and learning of national languages due to the structural crises derived from its colonial history.

This article deals with the issue of local languages in Angola and echoes the voices that claim their introduction in the educational system, as a way of reversing the current *status quo* where teaching is done only and exclusively in Portuguese.

The article suggests the introduction of a multilingual education that consists of simultaneously teaching and learning more than two languages, that is, the language of implantation in a given region of the country, the language with the largest number of speakers, which is Umbundu, as well as language of the capital, Luanda, which is Kimbundu.

Keywords: Angola; national languages; Portuguese language; multilingual education; language policy; communication; colonialism.

Resumen:

La educación es sin duda un dominio prioritario para un determinado país. Varios países que entendieron esta importancia, habiendo hecho grandes esfuerzos para mejorar sus sistemas educativos obteniendo excelentes resultados, a diferencia de aquellos países que adoptaron el modelo educativo heredado del colonialismo y continuaron con él sin una profunda reflexión sobre las necesidades y aspiraciones de sus pueblos.

Angola es uno de esos países que heredó sus sistemas educativos del colonialismo y, para revertir la situación, debe favorecer al sector educativo con una visión proyectada de sus fenómenos sociales, culturales y, sobre todo, lingüísticos. Esto implica una nueva decisión política en relación con el sistema educativo actual, que insiste en no acoger ni acomodar la enseñanza y el aprendizaje de las lenguas nacionales, debido a las crisis estructurales que se desarrollaron durante su historia colonial.

Este artículo aborda el tema de las lenguas nacionales en Angola y aborda las voces que afirman su inserción en el sistema educativo, como una forma de revertir el *status quo* actual donde la enseñanza se hace única y exclusivamente en portugués.

El artículo sugiere la introducción de una educación multilingüe que consiste en enseñar y aprender simultáneamente más de dos idiomas, es decir, el idioma de implantación en una región determinada del país, el idioma con el mayor número de hablantes, que es el umbundu, así como idioma de la capital, Luanda, que es Kimbundu.

Palabras clave: Angola; lenguas nacionales; lengua portuguesa; educación plurilingüe; políticas lingüísticas; comunicación; colonialismo.

Introdução

O ensino e aprendizagem das línguas nacionais em Angola, e a comunicação em línguas nacionais entre cidadãos de diversas comunidades etnolinguísticas, têm suscitado, nas últimas décadas, acesos debates. A razão principal é a continuada dependência da língua portuguesa

como único mediador da comunicação, num contexto de multiplicidade linguística, como resultado do antagonismo do colonialismo que fez um descaso às línguas locais. Ademais, a atual situação linguística é consequência da guerra fratricida, que se seguiu à Independência, que desviou a atenção das políticas estatais para outras prioridades, não tendo havido quase nada na direção da promoção e reconhecimento das línguas nacionais

Porém, passados cerca de 45 anos depois da Independência, e por causa de outras prioridades com a unidade nacional e a paz, por causa da guerra fratricida, quase nada fora feito com vista à promoção das línguas nacionais e à elevação do seu estatuto. Hoje em Angola, a língua portuguesa goza de um estatuto privilegiado face às línguas nacionais nos domínios formais e sobretudo na educação.

O artigo faz uma contextualização teórica do tema, ao que se segue uma contextualização metodológica, ou seja os meandros pelos quais o autor passou para obter os resultados que obteve.

Com base nas entrevistas aplicadas a 13 voluntários na Cidade do Lubango, Província na Huíla, a partir de instituições de ensino e aprendizagem, investigação, divulgação e conservação das línguas nacionais em Angola, tais como Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Universidade Agostinho Neto, Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (CIDE), Seção de Línguas Nacionais do Gabinete Provincial da Huíla do Ministério da Educação (Min. Ed.), Setor de Línguas Nacionais da Emissora Provincial da Huíla da Rádio Nacional (RNA), Seção de Línguas Nacionais da Delegação Provincial da Huíla da Televisão Pública de Angola (TPA), Associação Solidariedade Nyaneca-Humbe (ASNH). Trataram-se de professores, investigadores, jornalistas, selecionados com base na confiança de que possuíam em comum uma sensibilidade em relação às línguas nacionais.

Os seus resultados apontam para a necessidade de se introduzir o ensino multilíngue, ou seja, o ensino de pelo menos 3 línguas em todas as regiões do país, nomeadamente a língua de implantação local, o umbundu, que é a língua com maior número de falantes em Angola, e o kimbundu, que é a língua de prestígio da Capital do país, Luanda.

Contextualização Teórica

Angola é um país situado na parte Austral de África. Os seus 1. 246, 700 km² de extensão fazem dele o sétimo maior país do continente africano. Nesse espaço geográfico habita uma população estimada em mais de 25 milhões de habitantes¹. O país é composto por 18 províncias, sendo Luanda a sua Capital.

O país é de uma tal complexidade cultural, étnico e linguística, que faz com que não exista unanimidade sobre quantos grupos étnicos e línguas existam no país. Para Pereira (2002), Angola possui dez grupos étnicos, dos quais se destacam os Ovimbundu, Ambundo e Bakongo como sendo os maioritários. Na sua maior parte, a atual classificação das etnias de Angola baseia-se no critério linguístico. Deste modo, Coelho (2016, citando Redinha, 1962) aponta para a existência

¹ Segundo o Recenseamento Geral da População e Habitação de 2014.



de nove grupos etnolinguísticos, tais como o Quicongo, Quimbundo, Lunda-Quioico, Umbundu, Ganguela, Humbe, Ambó, Herero e Xindonga.² Além dessas etnias, grande parte das quais é de origem bantu³, existem também as não-bantu, com destaque para os Bosquímanos, cujos povos são considerados como os primitivos habitantes do país.

A complexidade linguística de Angola, ou do seu plurilinguismo com várias centenas de dialetos (Severo, 2015) faz com que não haja também unanimidade em relação ao número de línguas existentes em Angola. Estima-se que sejam mais de 40 (Araújo, 2014, citando Lewis & Simons, 2013). Webb & Sure (2000) falam de 10 línguas. Banza (2014) e Ndombele (2014) reconhecem a existência de 9 línguas. Apesar disso, existe unanimidade de que o Umbundu seja a língua mais falada, seguindo-se o Kimbundu e Kikongo e Cokwe. Dentre as várias línguas faladas em Angola encontram-se algumas com o estatuto de línguas nacionais, dentre as quais o umbundu, kimbundu, kikongo, cochwe, kwanyama e nganguela (Severo, 2015).

Portanto, a situação étnica e linguística de Angola é assim resumida por Severo (2015, p.8):

A língua umbundu é falada pelo povo Ovimbundu; a língua kimbundu é falada pelo povo Ambundu; o grupo Bakonko fala a língua kikongo; os Tucokwe falam cokwe; e a língua kwanyama é falada pelo grupo Vakwanyama. (...)O grupo Vangangela fala a língua ngangela.

O português é a única língua oficial e de escolaridade (Pedro, 2014), sendo a primeira língua de mais de 40% da população sobretudo em Luanda e nas zonas urbanas (Ndombele, 2014; Severo, 2015). Em termos estatísticos é a maioritária e a única que tem cobertura nacional, sendo utilizada como meio e matéria de ensino na educação formal (Mingas, 2002).

A questão da importância, valorização, promoção e utilização das línguas nacionais em Angola, bem como a sua relação com a língua portuguesa, tem sido motivo de acesos debates, numa altura em que já lá se passaram quase de 45 anos desde a Independência do colonialismo, alcançada a 11 de novembro de 1975, e numa altura em que há cada vez mais um apelo à angolanidade, ou seja, ao retorno às raízes culturais angolanas, que incluem as línguas nacionais.

Araújo (2014) discute a situação das línguas nacionais em Angola, incluindo o português, e indica que esta está relacionada com as políticas atualmente em curso. O autor desenha uma realidade linguística influenciada pela história colonial, onde houve um desprezo das línguas nativas. Para si, a realidade de Angola é marcada por uma política onde as línguas nativas não têm espaço para assumir o seu verdadeiro papel social. Chivinga (2014) alinha no mesmo diapasão e discutindo de modo especial a questão das políticas existentes em Angola em relação à proteção e valorização das línguas nacionais e interrogando-se sobre o seu *status quo* face ao fenómeno da globalização e, numa espécie de linguística contrastiva, procura extrair similitudes a partir da realidade linguística paraguaia. Para si, ao contrário do Paraguai, em Angola as línguas nacionais foram negligenciadas depois da Independência e até hoje nada foi feito no sentido da elevação do seu estatuto e da sua promoção. Ademais, Chivinga (op. cit., citando Fernandes & Ntongo,

² Existem várias formas de grafias para cada um dos grupos.

³ Ramo do Grupo Benue-congolês, da família linguística Nigero-congolês, com línguas faladas sobretudo nos países africanos a baixo do Saara



2002) afirma que as línguas nacionais só servem de comunicação a nível da mesma comunidade etnolinguística sem qualquer estatuto definido. Conclui que em Angola não existe uma legislação clara em relação às línguas nacionais e que lhes confira a devida atenção na diversidade linguística. As ideias de Araújo (op. cit.) e Chivinga (op. cit.) são corroboradas por Abdula, Timbane & Quebi (2014) segundo os quais há falta de políticas governamentais que as protejam as línguas nacionais e que lhes deem um estatuto.

Ndombele (2014) aborda a questão das políticas linguísticas em Angola a partir de uma perspectiva sociolinguística. O autor caracteriza as políticas atualmente existentes em Angola e mapeia as manifestações sociolinguísticas. Apesar de prestar especial atenção à língua portuguesa, questionando o seu estatuto político e social e rastreando a sua frequência, o autor faz uma breve referência às línguas nacionais e indica que a sua utilização no ensino nunca foi relevante e como consequência,

“o angolano da Província de Cabinda não consegue comunicar com o angolano da Província do Cunene e o da Província do Moxico não consegue comunicar com o angolano da Província de Luanda” (Ndombele, Op. cit., p.3)

Mingas (2002) discute sobre a importância das línguas nacionais na construção de uma nação coesa e próspera e julga ser possível haver harmonia com base na pluralidade linguística, que é possível quando se usa a mesma língua. Diante dessa questão, Mingas (op. cit.) aponta o caminho para a atual situação das línguas nacionais que passa por uma urgente definição do estatuto de cada uma delas ao mesmo tempo que sugere que a introdução no ensino das línguas que são maioritárias em todo o país e das línguas minoritárias nas suas respetivas zonas de implantação.

Oliveira (2016) fala do papel das línguas na política de construção do estado-nação em Angola. A autora indica que as línguas ajudaram os movimentos de libertação a veicular as ideias de revolta ao colonizador. Porém, interroga-se sobre as razões que estiveram na base da escolha de apenas o português como a língua oficial, depois da Independência, em detrimento das outras línguas. Na sua visão, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ao adotar a língua do ex-colonizador queria unir o país e evitar tribalismos, enquanto que para a União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA) e a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) a adoção da língua portuguesa era vista como uma forma de neocolonização por parte da elite angolana, que já não dominava mais o uso das línguas locais, e que sugere que construir uma nação teria que iniciar pelas raízes culturais africanas. Aqui a autora estaria provavelmente a sugerir que se fosse a UNITA ou a FNLA a ascender ao poder em Angola, depois da Independência, seriam provavelmente as línguas Umbundu ou Kikongo, que beneficiariam do estatuto de línguas oficiais de Angola. Neste sentido, Juncal (2018), na sua discussão sobre o modo como se consolidou a Independência de Angola, indica que nem todos os movimentos buscavam manter a unidade que fortificasse a luta, mas tinham objetivos com base em diferenças étnicas e sociais. O autor sustenta a ideia da probabilidade de as línguas Umbundu ou Kikongo se tornarem oficiais se a UNITA ou a FNLA, respetivamente, tivessem ascendido ao poder em Angola. Para si:



(...) o MPLA era urbano, ideológico e multirracial, tendo sua base entre os mestiços e os Mbundos - etnia africana de Luanda e das províncias noroeste do país -; o FLNA era rural, menos ideológico e formado exclusivamente pela etnia Bakongo, representando uma aristocracia rural do velho Reino do Congo; e o UNITA surge de um racha no FLNA, de etnia ovimbundu, grupo majoritário na parte Central, Oeste e Sul de Angola, de origem camponesa em sua totalidade, e educados por missões protestantes” (Juncal, 2018, s.p.)

Banza (2014), discute também as políticas linguísticas em Angola, porém devota particular atenção à situação da língua portuguesa no país perspetivando o seu futuro. A autora indica que a escolha do português como língua oficial de Angola depois da Independência, ao invés de uma das línguas autóctones, representou uma continuidade e não uma ruptura. Para a autora não havia outra solução lógica e pragmática mais viável visto que a diversidade linguística impediria a escolha de uma língua em detrimento das outras, sendo a escolha do português como língua oficial, o primeiro e decisivo ato de política linguística em Angola. Banza (op. cit.) indica que como consequência o português tornou-se língua segunda da esmagadora parte da população angolana, tendo adotado uma variante especificamente angolana, graças a sua coabitação com as línguas africanas aí faladas e a natural interferência destas nela. Banza (op. cit.) indica que depois da guerra civil que se seguiu à independência (1975-2002) e que provocou um êxodo populacional das zonas rurais para as grandes cidades onde o português era o único negociador de comunicação, fez com que hoje a situação dessa língua fosse radicalmente diferente, passando a ser a língua materna de um número cada vez mais crescente da população. Banza (Id.) perspetiva assim uma situação de predomínio absoluto do português como língua materna dos angolanos. No entender de Pedro (2014), que discute a probabilidade ou não do desaparecimento das línguas nacionais, caracteriza a situação linguística de Angola como sendo de desequilíbrio que favorece a língua portuguesa em detrimento das línguas nacionais, sustentando assim a ideia de Banza (op. cit.). Para si esta situação é uma herança do colonialismo, com o ensino a ser ministrado até hoje, única e exclusivamente em língua portuguesa. Pedro (op. cit.) sugere a adoção pelo governo de políticas que integrem as línguas nacionais no ensino e que lhes dê os mesmos privilégios e estatuto que tem a língua portuguesa, porque na sua visão “nenhum país se desenvolve marginalizando as suas próprias línguas” (Pedro, 2014, p.79).

Chicumba (2013) estuda a educação bilíngue e o lugar das línguas nacionais em Angola. O académico indica que no tempo colonial a educação era feita exclusivamente através da língua do colonizador, o português, enquanto as línguas autóctones eram marginalizadas, servindo apenas para condução do cristianismo. Para si, hoje, retomando a ideia de Pedro (op. cit.), a educação ainda é feita através da língua portuguesa, apesar da Independência, alcançada em 1975. O académico sugere a introdução do ensino bilíngue no sistema de educação com vista à preservação das línguas nacionais em particular e dos valores socioculturais em geral.

Apesar de críticas sobre a falta de políticas para a valorização, promoção, utilização e preservação das línguas nacionais mesmo depois da Independência, houve e continuar a haver iniciativas que visem retribuir às línguas nacionais o seu verdadeiro papel. Neste sentido, é célebre o apelo de Agostinho Neto (1922 -1979)



O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável atualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas. (Pedro, 2014, p.79, citando Neto, 1985).

As políticas linguísticas do Estado encontram-se espelhadas nos Parágrafos 1 e 2 do Artigo 19º da Constituição de 2010. Aí define-se a língua oficial e mostra-se a posição do estado em relação às demais línguas de Angola e as de comunicação internacional nestes termos:

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

Há ainda várias pesquisas que apontam para o estudo, descrição e formalização da ortografia, e aprendizagem de algumas línguas nacionais e algumas obras publicadas. Refira-se, por exemplo, às obras de sintaxe e morfologia da língua Ngangela de Zavoni Ntongo (Severo, 2015), obra de Jujú Kamuxitu intitulada “Noções de Gramática da Língua Kimbundu”, editada em 2011, bem como outras sobre o Umbundu bem como de outras línguas nacionais e locais. Existem também várias iniciativas como a introdução do ensino de algumas línguas no ensino superior e tentativas de ensino das línguas nacionais em várias regiões do país. Ademais, algumas línguas têm espaço em programas radiofônicos e televisivos. Destaque-se também, neste sentido, e como parte do seu papel, o Instituto de Línguas Nacionais (ILN), criado em 1978, a proposta da criação de alfabetos para essas línguas, tendo em conta as especificidades de cada uma.

Metodologia

Este artigo baseia-se numa pesquisa de campo levada a cabo no período compreendido entre 23 a 31 de março de 2019, no Lubango, cidade capital da Província da Huíla.

Localizada na parte sudoeste de Angola e possuindo uma extensão de 79,000 km², a Huíla é uma das 18 províncias de Angola e a segunda província mais populosa do país, depois de Luanda.

A escolha da Huíla baseou-se no fato de ser a região de origem do autor, sendo por isso um terreno por si conhecido. Além disso, a escolha baseou-se na ideia de que uma pesquisa qualitativa deve situar-se no tempo e espaço (Chivinga, 2014, citando Sampieri, 2010). Assim, seguindo a sugestão de Dörnyei (2007), Sousa & Baptista (2011) e Velasco & Villa (op. cit.), de que é sempre útil numa pesquisa qualitativa selecionar-se um número relativamente pequeno de participantes, a pesquisa selecionou 13 participantes representando as instituições de ensino e aprendizagem, pesquisa, divulgação e conservação das línguas nacionais, referidas na parte introdutória deste artigo. Tratou-se de 2 docentes de Didática de Letras Modernas do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) da Universidade Agostinho Neto; 1 Docente de Tradição Oral e Cultura, História da Arte e Antropologia do ISCED; 1 Investigador do Centro de Investigação e Desenvolvimento da Educação (CIDE); 1 Professor Colaborador de Linguística Bantu e Língua Nacional do ISCED e Coordenador Provincial do Ensino das Línguas Angolanas do Ministério



da Educação; 4 jornalistas de línguas nacionais umbundu, , ngangela e oshiwambo da Delegação Provincial da Rádio Nacional de Angola (RNA), 1 jornalista de língua nacional da Televisão Pública de Angola (TPA); 2 Investigadores culturais da Associação “Solidariedade -Humbe”; e 1 historiador e docente da Escola de Formação de Professores.

O processo de seleção dos participantes foi intencional, em linha com a classificação de Velasco & Villa (s.f.) e interativo, conforme sugestão de Dörnyei (2007). Além disso, a seleção baseou-se na confiança de que possuíam em comum um profundo discernimento e uma aguçada perspicácia sobre a questão do predomínio do português nos contextos formais sobretudo no ensino e o papel das línguas nacionais em Angola.

A interação com os participantes baseou-se em entrevistas semiestruturadas que, de maneira geral, continham o seguinte guião:

I.

- *Apresentação.*
- *Dados de Identificação do Pesquisador*
- *O Objetivo da Entrevista.*
- *Solicitação da colaboração do participante.*

II.

Tópico: Predomínio da língua portuguesa nos contextos formais sobretudo no ensino em detrimento das línguas nacionais que se encontram relegadas ao segundo plano.

- *Questão nº 1: Concorda com essa constatação?*
- *Questão nº 2: O que pensa que estará na base desse fenómeno?*
- *Questão nº 3: Como acha que se pode hoje resolver?*

III.

- *Agradecimentos.*
- *Garantia da confidencialidade.*
- *Espaço para comentários ou acréscimos relevantes.*

(Entrevista semiestruturada utilizada na recolha de dados)

Apesar de conter um guião, as entrevistas não deixaram de ser flexíveis e versáteis o suficiente para proporcionar uma atmosfera de liberdade aos participantes. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transformadas em transcrições.

Resultados

O processo de seleção e análise do *corpus* de dados resultante das entrevistas, resultou em informações relevantes que foram agrupadas em 3 categorias, nomeadamente: Fenómeno, a



categoria onde se trata do problema propriamente dito, ou seja, o tópico que suscitou o interesse para o empreendimento deste estudo e a elaboração deste artigo; os fatores, a categoria que agrupa os aspetos mais salientes que estão na base da existência do fenómeno em análise; e as perspetivas, a categoria que abarca as visões dos participantes sobre as possíveis soluções, a curto ou logo prazos, para o problema em estudo.

O Fenómeno

A grande maioria dos entrevistados reconheceu de maneira inegável a existência do problema. A maioria constata que,

“existe essa dificuldade: não há uma língua angolana, que esteja neste espaço africano que se chama Angola, que todos possam dominar”.

“um meio termo, uma língua ou duas, que todos podem falar sem problema...? Nós não tivemos essa sorte, então, cada um tem a sua língua, língua nacional e o português imperou, mesmo após a Independência”.

“no nosso caso encontramos o português como a única língua de união (...)”.

“Sim. Este fenómeno existe (...). O português em Angola coabita inevitavelmente com as línguas nacionais ou locais”.

“uma (ou duas, três) língua nacional, que possa unir duas pessoas de etnias diferentes, infelizmente em Angola não temos. Fora do português, cada um está perdido”.

Esta é uma característica comum da maioria dos países africanos, sobretudo de colonização portuguesa, que levou vários estudiosos (Da Silva, 2011; Oliveira, 2016) a interrogar-se sobre as razões que estiveram na base da escolha de uma só língua, na maior parte, a língua do ex-colonizador, para exercer a função de língua oficial, em contextos onde existiam várias outras línguas, chegando alguns mesmo a falar de colonização linguística, numa era de descolonização (Da Silva, 2011, citando Mariani, 2008).

Quando parece ser irónico e desvantajoso o fato de Angola ter adotado a língua do colonizador como sua língua oficial, a verdade é que isso foi considerado, em parte, como um ganho. Neste sentido, as entrevistas indicam que

“queiramos ou não, o português também fica um ganho”.

“quer queiramos, quer não, o português passa a ser uma língua de unidade nacional” (A ideia inicial de unidade nacional concebida pelo estado).

Este assunto é discutido por vários estudiosos, dentre os quais Da Silva (2011), para o qual essa escolha não foi nem arbitrária nem aleatória. Depois da independência, era preciso criar uma identidade nacional a partir da multiplicidade étnica, cultural e sobretudo linguística dos seus países, e mantê-los unidos e unificados, evitando escolher uma língua africana como oficial, para se evitar a supremacia e ascensão de um grupo étnico contra os demais. Da Silva (op.cit.)



indica que as elites africanas não tiveram outra opção se não a utilização do modelo europeu e a língua escolhida como oficial exerceria o papel de construir a unicidade idealizada. Não só isso, mas também para abrir-se ao mundo, pois para as elites africanas as línguas europeias eram línguas de contato internacional e representavam a realidade do mundo atual com seus avanços tecnológicos e científicos.

Os Fatores

A colonização portuguesa, sobretudo durante o período compreendido entre 1912 e 1924, que coincide com a governação de Norton de Matos (1867-1955), cujas políticas, dentre outros aspetos, incentivavam o ensino da língua do colonizador e proibiam o uso das línguas indígenas em Angola, foi classificada, pela maioria dos participantes, como sendo um dos principais fatores que contribuíram para a existência do fenómeno. É neste sentido que Araújo (2014) e Abdula et al. (2014) entendem que a história colonial de Angola é responsável pela despreocupação das línguas nativas dos seus povos e, como consequência, pela sua atual situação, ideia corroborada por Chivinga (2014) quando declara que a colonização destruiu quase toda a cultura angolana ao impedir a utilização das línguas locais.

Num claro alinhamento com Chicumba (2013), uma das entrevistas refere-se de maneira especial à aprovação do *Decreto 77* por Norton de Matos, que, *inter alia*, promovia o ensino e emprego da língua portuguesa e proibia a aprendizagem e utilização das línguas indígenas - uma poderosa estratégia utilizada pelo colonialismo para conquistar e dominar os povos africanos (Da Silva, 2011, citando Mistral, 1904). Porém, para um outro participante, a culpa não é só da colonização e das suas políticas, mas também da elite de dirigentes que assumiu o poder e que passados mais de 40 anos depois da independência nada fez em termos de políticas linguísticas e planificação para pôr fim à dependência do português na comunicação dos angolanos entre si, uma constatação que encontra sustentação na ideia de Da Silva (2011, citando Rodrigues, 2005) de que não podemos hoje criticar apenas o Imperialismo europeu em África, mas também a elite africana que assumiu o período pós-colonial, que muito pouco fez para a sua promoção e elevação do seu estatuto. Dois participantes indicam ainda que não se pode culpar apenas a colonização portuguesa, mas é preciso, também e sobretudo olhar para a sua agressividade, que diferiu das outras colonizações, como a anglófona e francófona, ao fazer tanta interferência, não só nos aspetos políticos, económicos, mas sobretudo nas línguas locais, inculcando na mente dos colonizados a ideia de que as suas línguas eram línguas de cães e por isso inferiores e, como tal, deveriam ser ultrapassadas para o avanço da civilização, uma ideia que está em linha com Abdula et al. (2014) para os quais a colonização inculcou na mente dos africanos a ideia de inferioridade das suas línguas.

A doutrina da assimilação, que visava mudar a consciência e a mentalidade dos colonizados, para que vivessem como os colonizadores, foi apontada por alguns participantes das entrevistas, como sendo também um dos fatores que estão na base do fenómeno, em corroboração com autores como Abdula et al. (2014) quando apontam para a colonização como tendo gerado um



homem africano destribalizado que tinha perdido a sua própria identidade. Isto foi mais profundo em Angola em relação a outros países africanos de colonização portuguesa, como Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, confirmando-se as visões comparativas de vários estudiosos (Banza, 2014; Severo, 2016), de que o impacto do domínio colonial em Angola foi *sui generis*. Entenda-se talvez pelo fato de Angola ter sido considerada como “Joia da Coroa”, como indica a um dos participantes, num claro alinhamento a Vicente (1932) que, na sua dissertação sobre o valor das colónias para a metrópole, considerava Angola como a mais portuguesa de todas as colónias, merecendo, por isso, ser considerada distintivamente do conjunto das restantes colónias portuguesas, porque, “(...) *todas reunidas não chegam ao pé de Angola*” (op.cit., p.33).

De entre outros fatores referenciadas por dois participantes está a religião cristã. A religião, sobretudo o Catolicismo, ajudou o colonialismo a dominar. Isso confirma a ideia de uma empreitada do colonialismo que visava portugalizar e catequizar, quando estabeleceu uma aliança com o Rei de Portugal, como aponta Severo (2014, p.12) que “*as missões religiosas (...) desempenharam um papel colonial central nas colónias portuguesas*”, numa clara referência à religião católica, porque “*enquanto as missões protestantes priorizaram o uso das línguas africanas, as missões católicas focavam o uso da língua portuguesa*” (Severo, 2014, p.15, citando Makoni & Severo, 2013; Plécard, 1998). Um dos participantes está em claro alinhamento com essa visão quando indica que “*neste sentido, os protestantes foram mais longe e traduziram a Bíblia nas línguas de lá onde estavam confinados*”.

O complexo de inferioridade dos próprios colonizados, conforme indica um dos participantes, e a falta de autoestima da parte dos utentes das línguas nacionais, de acordo com outro participante, são também fatores identificados e que Webb & Sure (2000) consideram como sendo comum a quase totalidade dos países da África, é apontada também como causa do fenómeno atual.

A falta de estratégias (políticas), logo depois da Independência para manter a coesão das línguas, foi um fator mencionado por dois dos participantes. Aqui os participantes estão de acordo com Chivinga (2014) quando indicava que após a independência, além da declaração do português como língua oficial e de unidade nacional, nada mais foi feito em relação às línguas nacionais.

A estratégia de sobrevivência entra também na lista dos fatores mencionados pelos participantes, em virtude dos quais existe o fenómeno em estudo. Neste sentido, um dos participantes indica que

“os nossos avós, munidos do complexo de inferioridade, para não passar a mesma humilhação aos seus próprios filhos, vão trabalhar no sentido de evitar que os filhos usassem essa língua no sentido de, se calhar, terem um tratamento diferente daquele que tiveram”.

Ademais, endente o participante em referência que, por força da guerra e durante o conflito armado entre o MPLA e UNITA e para sobreviver, alguns falantes tiveram de renegar à sua própria língua, pois esta definia a sua ligação a um determinado partido, o que era melindroso para um indivíduo assumir-se como tal porque nunca sabia que a zona onde estava ia ser tomada por um outro movimento, numa clara corroboração com Oliveira (2016) quando se refere ao papel das línguas nacionais na política. Estamos diante de uma espécie de pressão simbólica, como uma



estratégia de sobrevivência e uma forma de resistência em que o falante renega a sua própria língua para preservar a vida, como indica Da Silva (2011, citando Hagège, 2004).

Perspetivas

Os participantes reconhecem que o problema pode ser resolvido através de várias formas. Uma das formas seria através da adoção de uma política linguística e planeamento (Pedro, 2014). Neste sentido um dos participantes refere-se à política linguística do tipo *down-top*, ou seja, que se baseia na observação dos fenómenos linguísticos nas comunidades, porque *“a vida das línguas está fortemente ligada à existência de práticas sociais em que estas línguas são historicamente usadas”* (Severo, 2014, p.11). Tal política não precisa ser implementada por imposição, pois, como indica o participante, *“tudo o que é imposto tem resistência”*, uma vez que as línguas não são algo que se impõe sobre as pessoas, mas resultado das práticas sociais dessas pessoas (Severo, 2014). A política em relação às línguas deve ser também imperceptível, implicitamente reconhecida e implementada em todos os domínios da vida social como indica (Ricento, 2006). Ademais, como aponta um participante, uma tal intervenção política tem de ser cuidadosa, ou seja, tem de ser uma política linguística do tipo que não provoque excessos etnocêntricos por parte do grupo étnico cuja língua poderia vir a ser indicada como sendo a língua de todos. Ao lado da política linguística, aponta um participante, deveria caminhar a planificação linguística como uma medida que tem o objetivo promover outros aspetos que tenham certa relação com as línguas nacionais, para que em um determinado prazo as línguas se afirmem sem imposição. Ou melhor, para o participante, não seria bom impor a língua através de decretos ou leis, mas sim deixar que a língua se impusesse de maneira natural na sociedade através de estratégias e promoção de outros aspetos relacionados, porque como indica Severo (2014, p.11) *“(...) as línguas não são artefactos ou objetos a serem geridos ou impostos sobre as pessoas, mas produtos das práticas dialógicas dessas mesmas pessoas”*.

Outra forma de resolver o problema passa pela recriação do ensino das línguas. Um participante refere-se à recriação da cultura da aprendizagem das línguas nacionais, uma sugestão referida por Pedro (2014), de que é preciso a adoção de políticas que integrem as línguas nacionais no ensino, algo que por muito tempo ficou esquecido. Uma das opções para tal, indica o participante, seria começando pelo seio familiar, porque, no seu entendimento, há muito que deixamos de falar as nossas línguas nacionais. É neste sentido que Da Silva (2009, citando Calvet, 2000; Hagège, 2004) indica que o processo de extinção ou desaparecimento de um idioma dá-se também quando se deixa de transmitir a língua às novas gerações, isto é, quando os pais aceitam que seus filhos deixam de aprender o idioma da comunidade para adotarem uma outra língua materna. Chivinga (2014) refere-se a esse assunto quando afirma que hoje muitos jovens angolanos não falam nenhuma língua nacional nem compreendem seus pais quando se expressam em línguas nacionais. Quer dizer, deve-se voltar ao ensino massivo das línguas nacionais, cujo resultado seria, como indica Mingas (2002) a apropriação, pelo povo dessas línguas. Quer



dizer, o povo angolano deve olhar para cada língua como seu património cultural e para tal, seria preciso uma discussão sobre a melhor metodologia de implementação de tal estratégia que, no entender de um participante, passaria pela sensibilização das famílias sobre a importância das línguas nacionais.

A autoestima é também uma solução referida por um dos participantes, entendendo com isso como a defesa da sua própria língua, a falta de receio de se expressar na sua língua, de manifestar-se culturalmente, tendo em conta a sua identidade, pois, como indica Da Silva (2009), uma língua pode extinguir-se quando os indivíduos que a falam não queiram mais representar a realidade através dessa língua e prefiram em vez disso substituí-la por outra

A opção da definição da língua Umbundu, na sua qualidade de língua com maior número de falantes, como língua a ensinar em todo o país, foi também apontada, por um participante, como uma solução ao fenómeno, uma opção que vai em linha com a sugestão de Mingas (2002), segundo a qual não sendo possível ensinar todas as línguas, poder-se-ia então ensinar as línguas maioritárias em todo o país, enquanto as línguas minoritárias deveriam ser ensinadas nas regiões de implantação. Para tal, no entender de um outro participante, dever-se-iam então criar equipas de trabalho de linguistas com vista a avaliar a viabilidade da implementação dessa opção, ou seja, a escolha de uma só língua de comunicação inclusiva dentre as 6 línguas nacionais, uma língua onde todas as etnias se revissem. Para o participante, essa opção e os critérios que estivessem na sua base deviam ser explicados ao povo e aceitos por este. Porém, esta medida não é apoiada por um participante, que entende que, ao contrário, dever-se-ia escolher uma língua a aprender sem imposição, porque o que se impõe encontra sempre resistência.

A Regionalização consta das medidas apontadas, por três dos participantes, como solução para o problema em estudo. Quer dizer, tendo em conta que as línguas podem estar relacionadas umas às outras, conforme indica Webb & Sure (2000) e que numa sociedade multilíngue, como Angola, haja sempre línguas de uma determinada região que se aproximam às línguas da outra região e que as línguas bantu, a cuja família pertence a maior parte das línguas nacionais (Pedro, 2014), dever-se-ia estudar a estrutura e o sistema dessas línguas, para então se encontrar uma afinidade do ponto de vista tipológico para que, em última análise, se desenvolvesse o ensino e a aprendizagem das línguas com afinidades.

O ensino bilíngue e a criação de alfabetos em línguas nacionais são outras medidas que alguns participantes julgaram necessárias para dar solução ao fenómeno em estudo. Neste sentido, um participante indica que deveríamos ter uma educação bilíngue em Angola, e deveríamos traduzir os nossos manuais e fazer com que os professores ensinem nas línguas dos alunos das áreas onde não falem português, porque pelo contrário, a situação faria com que as crianças, das zonas rurais, por exemplo, lhes fosse imposta uma língua que nada tem a ver com a sua vida quotidiana, conforme entende Pedro (2014). Foi nesse sentido que Pedro (2014, p.79, citando Neto, 1985), indicava:

“O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário, como provavelmente no médio, será preciso utilizar as nossas línguas (...)”.



O mesmo dir-se-ia da alfabetização nas línguas locais, para que, de acordo com o participante, aprender a língua portuguesa fosse uma opção, porque,

“motiva-se mais, teremos mais gente ao nível da escola, as pessoas terão orgulho de pertencer a escola e vão dar valor a sua própria língua que é subalternizada na escola, porque depois eles percebem que aquilo que falam em casa não serve para o mundo envolvente”.

Além da tradução dos multimídias em língua locais, um participante interrogava-se sobre o *“porquê de não criamos desenhos animados com as nossas línguas, para os miúdos também puderem verem os desenhos animados baseados nas nossas línguas?”*.

Alguns dos participantes indicaram que dever-se-ia inventar uma língua de união, à semelhança do crioulo em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, ou então imitar o exemplo da União Europeia (UE), cujos cidadãos devem obrigatoriamente estudar no mínimo 3 línguas, ou seja, sua língua materna, o inglês e mais uma língua europeia da sua escolha, ou seja,

“em Angola também poderíamos pensar no seguinte: para além da língua materna, que um angolano tem de falar, no meu caso o , poderíamos optar por uma língua, eu até diria, entre o umbundu, kikongo e kimbundu, escolheríamos uma obrigatória. Depois da língua materna, uma dentre essas 3”.

Finalmente, como uma medida de extrema importância, dois participantes entenderam que era mister investir no Instituto Nacional de Línguas (INL), uma instituição criada em 1978, com a finalidade de *“realizar estudos sobre as línguas nacionais com contribuições para a normalização e difusão da utilização das línguas nacionais em todos os sectores da vida nacional”*, e que, no seu entender, esta instituição não estava a desempenhar o papel pelo qual tinha estabelecido.

Conclusões

O atual panorama linguístico de Angola é caracterizado pelo predomínio da língua portuguesa em todos os contextos da vida social, sobretudo no ensino. Essa situação é resultante de vários fatores, dentre os quais a colonização, que não tolerava o uso das línguas locais, forçando a sua retirada num reduto confinado onde serviam apenas à catequização da população indígena. Além disso, a falta de políticas eficazes logo depois da Independência, por parte da elite que tomou as rédeas do país, está na base da atual situação linguística, onde o português goza de um estatuto privilegiado ao ser o único mediador de comunicação entre cidadãos de diferentes comunidades etnolinguísticas.

Este trabalho é o eco das vozes que reivindicam o verdadeiro papel social para as línguas nacionais através da sua integração no sistema de ensino em Angola. Essas vozes clamam pela adoção de políticas estatais que se baseiem na observação das dinâmicas linguísticas das comunidades, ao mesmo tempo que chamam a atenção para a necessidade da sensibilização dos angolanos sobre as vantagens do plurilinguístico e a necessidade de se aprender várias línguas

nacionais, para que cada um, mesmo se expressando na sua própria língua, compreenda também a língua dos outros e assim se construa um país, como indica Juncal (2018), capaz de considerar, respeitar e fazer conviver em harmonia as diferentes nações (etnolinguísticas)⁴ que o formam. Para tal a formação dos professores em/para as línguas nacionais é uma tarefa crucial, tendo em conta a dupla utilidade da língua, seja como meio de comunicação ou objeto de estudo, para que, em última análise, os alunos, sobretudo crianças, aprendam as matérias nas suas próprias línguas e vejam os multimédias traduzidos nas línguas que melhor entendem.

Portanto, as vozes reivindicam que se dedique tempo, esforços e recursos suficientes na educação sobre e em línguas nacionais para a sua valorização para que a curto ou longo prazo tenham também o mesmo estatuto e privilégio que se reservam à língua portuguesa.

Para Angola se desenvolver, tem de contar com o concurso de todos os seus cidadãos, e para tal, será preciso que cada um desses cidadãos participe fazendo recurso, sem receio, à sua própria língua.

Referências

- Abdula, R. A. M., Timbane, A. A. & Quebi, D.O. (2014). As Políticas linguísticas nos PALOP e o desenvolvimento endógeno. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. IV Série, Nº31 (pp.23-46). Acesso em <http://aulp.org>.
- Araújo, P. J. P. (2014). *Algumas considerações sobre as línguas africanas e políticas linguísticas em Angola*. *Web-Revista Sociodialeto*. Volume 5 (13). UEMS/Campo Grande (Brasil). Acesso em www.sociodialeto.com.br.
- Banza, A. P. (2014). O Português em Angola: uma questão de política linguística. Universidade de Évora. Acesso em <https://core.ac.uk/download/pdf/62471032.pdf>.
- Bres, J. (1999). L'Entretien et ses techniques. Em L. J. Calvet, & P. Dumont (Dirs.). *L'Enquête sociolinguistique* (pp.61-76). Paris: L'Harmattan.
- Calvet, L. J. & Dumont, P. (Dirs.). (1999). *L'Enquête sociolinguistique*. Paris: L'Harmattan.
- Chicumba, M. S. (2013). [pdf]. *A Educação em Angola e o Lugar das Línguas Nacionais*. Em IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES. Acesso em http://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/documentos/11-1-2_Mateus_Segunda_Chicumba.pdf.
- Chivinga, A. N. (2014). *Que Futuro para as Línguas Nacionais Angolanas; Ensaio sobre as Políticas de Protecção e Valorização das Línguas Nacionais Angolanas*. Luanda: Centr'Artes.
- Coelho, V. (2016). A classificação etnográfica dos povos de Angola (1ª Parte). *Mulemba* [online], 5(9). Acesso em <http://journals.openedition.org/Mulemba/473>.
- Da Silva, D. B. (2008). A língua nacional como afirmação da cultura nacional no exterior [pdf]: o caso da francofonia. Em Anais do V Congresso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Acesso em <https://www.researchgate.net/publication/267029007>.

⁴ Adição do autor

- _____. (2009). Extinção, preservação e vitalidades das línguas: uma proposta brasileira para as línguas minoritárias. *Cadernos do CNLF*, Vol. XIII, nº04. Rio de Janeiro. Pg. 599-610. [pdf]. Acesso em <https://www.researchgate.net/publication/27546596>.
- _____. (2011). Política linguística em África: del pasado al futuro global. *Estudios de Asia y Africa*. Vol. XLVI. (pp.65-95). [pdf]. Acesso em <https://www.researchgate.net/publication/261737711>.
- Dörnyei, Z. (2007). *Research Methods in Applied Linguistics*. Oxford University Press.
- Juncal, A. (2018). Lutas e resistência popular: entenda como se desenvolveu a Independência de Angola. Em Lima, W.(Ed). *MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*. Acesso em <http://mst.org.br>.
- Maurer, B. (1999). Quelles méthodes d'enquêtes son effectivement employées aujourd'hui en sociolinguistique ? Em L.J. Calvet, & P. Dumont (Dir.). *L'Enquête sociolinguistique* (pp.167-190). Paris: L'Harmattan.
- Mingas, A. A. (2002). *A importância das Línguas Angolanas na Unidade da Família Angolana. Ensaios*. Luanda.
- Ndombele, E. D. T. (2014). *Políticas Linguísticas em Angola: uma reflexão sobre a identidade sociolinguística nacional*. Tese de Doutorado não publicada. Universidad San Lorenzo. Paraguai.
- Oliveira, H. T. (2016). A relação das línguas com a construção do Estado-nação angolano. Em I. B. Leite & C. G. Severo (Orgs). *Kadila: cultura e ambientes: diálogos Brasil-Angola*. (1ª ed.). S. Paulo: Blucher [E-book em pdf]. Acesso em <http://www.blucher.com.br>.
- Pedro, J. D. (2014). Estão as línguas nacionais em perigo? Em C. Serra (Dir.). *Cadernos de Ciências Sociais* (pp.78-88). Lisboa: Escolar.
- Pereira, L. N. N. (2002). Etnias de fronteira e questão nacional: o caso dos "regressados" em Angola (pp.45-62) [pdf]. *Cadernos de Campo*. Vol. 10. S. Paulo. Acesso em www.researchgate.net/publication/270550049.
- Ricento, T. (Ed.) (2006). *An Introduction to Language Policy: Theory and Method* [Versão eletrônica]. Malden: Blackwell.
- Severo, C. G. (2014). Estão as línguas nacionais em perigo? Em C. Serra (Dr.). *Cadernos de Ciências Sociais* (pp.9-36). Lisboa: Escolar.
- _____. (2015). Línguas e políticas linguísticas em Angola. Em I. B. Leite (Coord). *Textos e Debates*. Nº13 (pp.7-13). [pdf]. Florinópolis: NUER
- _____. (2016). A Invenção Colonial das Línguas da América [pdf]. *Alffa: Revista de Linguística* (pp.11-28). S. Paulo, Vol. 60(1). Acesso em <http://scielo.br>.
- Sousa, M. J. & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. (5ª Ed). Lisboa: Pactor.
- Velasco, C. L. R. & VILLA, S.P. (Eds.) (s.f.). *Metodologia da Pesquisa Científica*. Universidad Internacional Iberoamericana com a colaboração da Fundación Universitaria Iberoamericana.
- Vicente, F. (1932). A Política Colonial Portuguesa em Angola [pdf]. *Impactum*. Memórias e Notícias. Museu Mineralógico e Geológico da Universidade de Coimbra, Nº7. Acesso em <http://digitalis.dsp.uc.pt>.
- Webb, V. & Sure, K. (Eds.) (2000). *African voices: An introduction to the languages and linguistics of Africa*. South Africa: Oxford University Press.